

O ajuste fiscal ou a volta da inflação

Produção Industrial do RS dá sinais de recuperação após paralisação

Indústria gaúcha se recupera e fecha o 1º semestre com alta de 1,9%

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O ajuste fiscal ou a volta da inflação

A Carga Tributária Bruta do Brasil atingiu 32,38% do PIB em 2016, esse é o último dado oficial disponível pela Receita Federal. Nesse mesmo ano, o déficit nominal setor público foi de 9,36% do PIB. Portanto, podemos dizer que, pelo menos, 41,74% do PIB passaram pelo orçamento dos três níveis governo. A elevada participação do governo na nossa economia nos faz pensar nas consequências de não fazer o ajuste fiscal.

Tendo em vista que as despesas ultrapassam em muito as receitas, os *déficits* se acumulam resultando no crescimento da dívida pública. A dívida elevada precisa ser administrada, pois ela é o mais importante indicador da sustentabilidade intertemporal das finanças do país. Quanto maior a relação dívida/PIB, maior o seu custo de rolagem, o que se traduz em altas na taxa de juros. Contudo, a partir de determinado nível de endividamento, o grau de aversão ao risco dos investidores torna-se tão alto que, mesmo com o aumento na taxa de juros, não há demanda pelos títulos da dívida pública. Nessa situação limite, denominada de “dominância fiscal”, a política monetária perde a sua eficácia e só resta a inflação como meio de financiamento da dívida.

O quadro brasileiro pode caminhar para essa direção. O ajuste fiscal que o Brasil precisa é imenso, e não se resolve “apenas” com um aumento de imposto ou a criação de uma nova CPMF. Para que a dívida

brasileira se estabilizasse no nível do final de 2017 (74% do PIB), precisaríamos de uma poupança de R\$ 290,4 bilhões. Quando o Brasil pensou em recriar a CPMF em 2015, a expectativa de arrecadação era de R\$ 30 bilhões por ano. Veja que precisaríamos multiplicar por dez para chegarmos próximos da solução. O problema é que mesmo se zerássemos o *déficit* nesse ano, logo em seguida ele reapareceria.

O Instituto Fiscal independente estima que para realizar um ajuste fiscal factível pelo lado da despesa, precisaríamos trazer a despesa primária dos atuais 19,45% do PIB para 15,03% até 2030. Esse esforço nos permitirá gerar o primeiro superávit primário em 2023, que é quando a dívida bruta atingiria 86,6% do PIB e começaria a diminuir. Nesse cenário, ela voltará ao patamar de 76,7% do PIB em 2030.

Essas projeções trazem a dimensão do esforço necessário para realizar o ajuste pelo corte de gastos. Não há bala de prata, a solução dependerá de várias medidas. Atualmente, observamos a questão do reajuste do salário dos Ministros do Supremo, e temos uma amostra do quão difícil será incutir uma nova mentalidade no setor público brasileiro.

O Economista Mario Henrique Simonsen dizia que “cada país tem a inflação que merece”. No atual cenário, a combinação de taxa de juros e inflação baixas pode ser um conquista temporária.

Produção Industrial do RS dá sinais de recuperação após paralisação

Segundo o IBGE, a produção industrial gaúcha cresceu 17,0% em junho ante maio, com ajuste sazonal. Essa foi a maior taxa da série iniciada em 2002, recuperando a queda do mês anterior (-14,4%). No Brasil, a expansão foi de 13,1%.

Na comparação com 2017, a produção industrial gaúcha cresceu bem menos em junho, +1,1%, distante da contração de 10,9% de maio na mesma comparação, o que levou a uma redução de 5,0% entre os bimestres maio/junho de 2018 e 2017.

Com isso, a produção industrial gaúcha encerrou o primeiro semestre com desempenho próximo da estabilidade (+0,3%), mostrando uma forte desaceleração nos últimos dois meses. Vale lembrar que a expansão foi de 3,4% nos primeiros quatro meses de 2018 na comparação com o mesmo período ano passado. No Brasil, o crescimento no primeiro semestre foi de 2,3%.

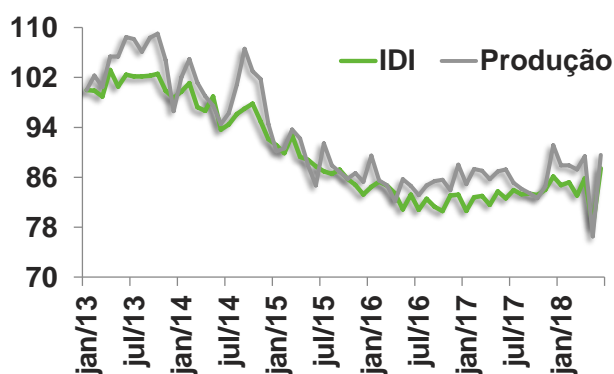
No acumulado do ano até junho, a produção industrial cresceu em 10 dos 14 estados pesquisados. A indústria gaúcha mostrou apenas o 10º lugar nesse *ranking*, liderado pelo Amazonas (+15,6%). Destaque para os desempenhos de São Paulo (+4,8%), de Santa Catarina (+3,9%), do Rio de Janeiro (+3,4%), de Pernambuco (+3,4%), do Paraná (+1,0%) e de Minas

Gerais (-1,7%).

Num quadro marcado por quedas em 08 dos 14 setores analisados, o pequeno crescimento da produção gaúcha no primeiro semestre de 2018 foi sustentado pelas indústrias de Veículos automotores (+9,9%) e de Celulose e papel (+19,4%). Já as indústrias de Químicos (-5,6%), de Tabaco (-12,1%) e de Alimentos (-2,0%) geraram os maiores impactos negativos.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS-FIERGS) cresceu 1,9% no primeiro semestre de 2018 ante o mesmo período de 2017.

Produção Industrial e IDI/RS
(Índice jan de 2013 = 100 – dessazonalizado)



Fonte: UEE/FIERGS e PIM/IBGE.

Indústria gaúcha se recupera e fecha o 1º semestre com alta de 1,9%

A tendência é que o setor retome a trajetória de recuperação, mas os obstáculos aumentaram.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), indicador de nível de atividade divulgado pela FIERGS, aumentou 11,9% em junho ante maio, sem os efeitos sazonais. Essa foi a maior alta da série iniciada em janeiro de 2003, logo na sequência da baixa expressiva (-9,0%) de maio, quando atingiu seu piso histórico com a crise dos caminhoneiros. A atividade industrial em junho não apenas recuperou os patamares anteriores à paralisação, como atingiu o maior nível em três anos.

Dos seis indicadores que compõem o IDI/RS, quatro expandiram no mês, com o faturamento real (+33,8%) exibindo a maior alta e as compras industriais (+28,2%) a segunda maior taxa desde 2003. Já as horas trabalhadas na produção (+1,2%) e a utilização da capacidade instalada-UCI (+1,7 p.p.) cresceram de forma menos acentuada. O emprego (+0,1%), por sua vez, ficou estável, enquanto a massa salarial real caiu 1,1%.

Na comparação anual, o IDI/RS cresceu 4,6% em junho ante o mesmo mês de 2017, abaixo da perda de 6,7% em maio. Assim, diferentemente da evolução na margem, o saldo líquido do bimestre maio-junho de 2018 foi negativo: -1,1% ante o mesmo período de 2017. Com isso, a expansão acumulada anual, que em abril era de 3,5%, desacelerou fortemente para 1,9% no final do primeiro semestre. De qualquer forma, essa foi a primeira taxa positiva desde 2013 (+4,5%) para o período.

Entre seus componentes, no primeiro semestre de 2018, os resultados mostraram alta expressiva das compras industriais (+7,9%) e aumentos mais modestos do faturamento real (+2,5%), da UCI (+1,3 p.p.) e do emprego (+0,9%). As horas trabalhadas na produção e a massa salarial real caíram 0,6% e 2,7%, respectivamente.

Já entre os setores, apesar do crescimento agregado do IDI/RS no primeiro semestre de 2018, as quedas da atividade predominaram: houve queda em 10 dos 17 segmentos. A principal contribuição positiva veio de Veículos automotores (+14,7%). Também registraram altas importantes Alimentos (+1,3%), Produtos de metal (+3,7%) e Metalurgia (+11,9%). Já os setores de Químicos e Refino de petróleo (-1,3%), Máquinas e equipamentos (-0,7%) e Couros e calçados (-0,5%) foram os que mais pressionaram negativamente.

Os Indicadores Industriais de junho foram influenciados pela paralisação dos transportes ao incorporarem a atividade represada de maio ao nível normal de junho. Nesse sentido, a tendência é que o setor retome a trajetória de recuperação no restante de 2018. Porém, vale ressaltar que a greve dos caminhoneiros, ao elevar os custos do frete e de impostos, tornou-se mais um limitador ao desempenho do setor, adicionando ainda mais incerteza a um cenário econômico já pouco favorável com demanda enfraquecida, desemprego elevado, piora do ambiente externo, crise fiscal e baixa confiança dos empresários, tudo isso inserido num quadro político de extrema indefinição.

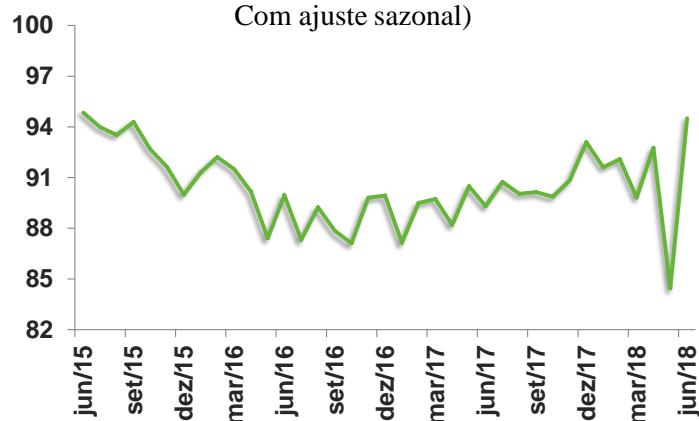
Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul (Variações em % – junho de 2018)

	Variação %		
	Mês*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	11,9	4,6	1,9
Faturamento real	33,8	8,2	2,5
Horas Trabalhadas na produção	1,2	-3,3	-0,6
Emprego	0,1	1,4	0,9
Massa salarial real	-1,1	-5,0	-2,7
UCI (p.p.)	1,7	1,8	1,3
Compras Industriais	28,2	19,7	7,9

* Dessazonalizado

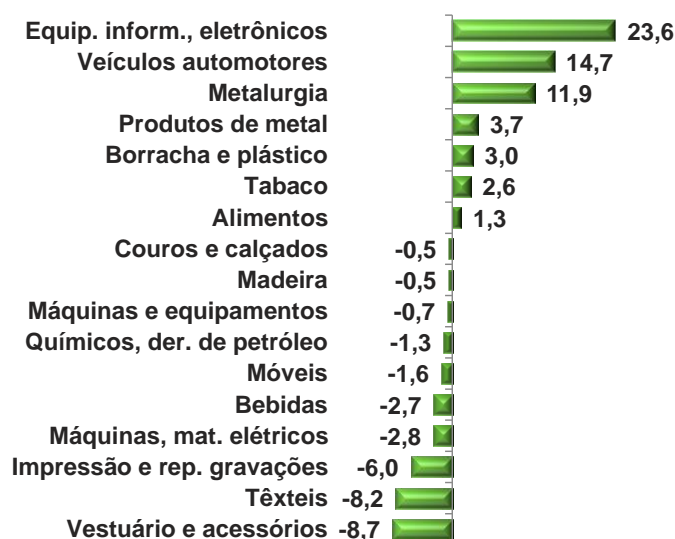
Índice de Desempenho industrial – IDI/RS

(Índice de base fixa mensal – Média 2006=100
Com ajuste sazonal)



Índice de desempenho industrial – IDI/RS – Setorial

(Variação Jan-Jun 2018/Jan-Jun 2017 (%))



Fonte: UEE/FIERGS.